



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Escola de Administração da UFBA
Núcleo de Pós-Graduação em Administração – NPGA.



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS E GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA – III CEGESP

Roqueline Neri da Silva
Wendson da Silva Bomfim

**ESTRATÉGIAS QUE A POLÍCIA COMUNITÁRIA UTILIZA,
EFETIVAMENTE, PARA COMBATE AO CRIME NA CIDADE
DE SALVADOR**



PROGESP

*Programa de Estudos, Pesquisas & Formação Em Políticas & Gestão de Segurança Pública
- PROGESP*

**REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA-
RENAESP/SENASP/MJ**



ESTRATÉGIAS QUE A POLÍCIA COMUNITÁRIA UTILIZA, EFETIVAMENTE, PARA COMBATE AO CRIME NA CIDADE DE SALVADOR.¹

STRATEGIES THAT POLICE COMMUNITY USES, EFFECTIVELY, TO FIGHTING CRIME IN THE CITY OF EL SALVADOR

Roqueline Neri da Silva²
Wendson da Silva Bomfim³

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar as estratégias utilizadas pela Polícia Comunitária para combater a violência na cidade de Salvador. A política adotada por este modelo de policiamento traz a comunidade para participar das decisões que envolvem polícia e sociedade, se fazendo necessário para tanto, uma análise da redução da criminalidade nessa região por meio da aplicação de um planejamento estratégico de combate ao crime com este modelo policiamento. Através de um trabalho teórico e empírico faremos pesquisas bibliográficas, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados dos dois bairros estudados, Tancredo Neves e Barra, por serem de localização extrema e características diferentes a exemplo da renda e classe social. Tanto a entrevista como o questionário aplicado a cem pessoas, cinquenta de cada bairro nos levarão as evidências da eficiência e eficácia desse policiamento e as possíveis reduções no combate à criminalidade nessas duas localidades.

Palavras chaves: estratégias, policiamento, redução da criminalidade.

ABSTRACT: This article aims to examine the strategies used by Community Police to combat violence in the city of Salvador. The policy adopted by this model of policing, brings the community to participate in decisions involving police and society, making it necessary for both an analysis of the reduction of crime in the region by implementing a strategic plan to fight crime with this model policing. Through a theoretical and empirical work we bibliographic searches, application of questionnaires, interviews and analysis of the two districts studied, Tancredo Neves and Barra, because of location and extreme example of the different income and social class. Both the interview and the questionnaire used a hundred people, fifty of each neighborhood, take the evidence in the efficiency and effectiveness of policing and possible reductions in fighting crime in these two locations.

Key words: strategies, policing, reducing crime.

¹ Este artigo é um Trabalho de Conclusão de Curso que tem como função a obtenção do grau de especialista em Políticas e Gestão de Segurança Pública, promovido pela RENAESP/PROGESP/UFBA sob a orientação do Professor Robinson Tenório. Salvador - Bahia. 2009.

² Roqueline Neri da Silva – Formada em Ciências Contábeis, Soldado Polícia Militar da Bahia.

³ Wendson da Silva Bomfim – Formado em Tecnologia Elétrica – Sargento da Polícia Militar da Bahia.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade da interação entre polícia e comunidade fez com que um novo policiamento tivesse origem, buscando a prevenção criminal através de dados fornecidos pela própria população, que vivendo em meio aos problemas sociais tornou-se a principal fonte desarticuladora de ações criminosas e que ameaça o exercício da cidadania.

Esta parceria deu origem ao chamado policiamento comunitário, compreendendo uma nova polícia, voltada para a satisfação da comunidade seguindo princípios éticos e democráticos. Este trabalho conjunto entre polícia e cidadãos tem o objetivo de reduzir número de mortos e feridos entre policiais e civis, no cumprimento do dever, desativação de quadrilhas e tráfico de drogas, bem como a garantia de confiança mútua entre pessoas e a corporação que passam a discutir políticas públicas e sua atuação.

Necessário se faz entender que Polícia Comunitária não tem sentido de assistência policial, mas sim, o de participação social. Sendo assim, entende-se que todos os presentes na comunidade devem assumir um papel relevante na sua própria segurança e nos serviços ligados ao bem comum. A idéia central desse policiamento é propiciar uma aproximação dos profissionais de segurança junto à comunidade onde atua e para isto é necessário um amplo trabalho sistemático, planejado e detalhado.

O Conselho Comunitário da Segurança Pública tem importância bastante relevante no tema abordado, pois ele é o canal de comunicação entre o sistema de segurança pública, defesa social e o cidadão. Também coordena a participação da comunidade local e os segmentos organizados da sociedade instrumento para o exercício da cidadania, buscando a paz social e a melhoria da qualidade de vida, sob o foco da segurança pública atuando no resgate da participação da sociedade nas decisões do seu cotidiano.

A idéia central neste modelo de policiamento é fazer parceria entre comunidade e polícia, com participação da população em decisões que são inerentes aos seus interesses.

Uma estratégia de policiamento orienta, dentre outras coisas, os objetivos da polícia, seu foco de atuação, como se relaciona com a comunidade e as suas principais táticas. Desta forma estudaremos o problema seguinte: Quais as

estratégias que a polícia comunitária utiliza, efetivamente, para combate ao crime na cidade de Salvador?

Referências bibliográficas nos dão maior embasamento teórico no surgimento desse policiamento bem como a necessidade deste para uma mudança ao modelo tradicional de polícia. No entanto, o contato direto com a população nos permitiu verificar a eficiência e a eficácia na aplicação e aceitação tanto da população como dos profissionais que atuam, e a aplicação de um questionário com cem pessoas, sendo cinquenta do bairro de Tancredo Neves e o restante do bairro da Barra, nos permitiu uma análise de dados entre estas localidades.

As entrevistas esclarecem pontos que possivelmente não ficariam tão evidentes apenas com o questionário, a exemplo da conduta dos profissionais de segurança e do envolvimento da comunidade com esse policiamento. Uma comparação entre os resultados destaca as evidências alcançadas com esse modelo de policiamento comunitário aplicado em bairros extremos, ou seja, de classe baixa e alta na região de Salvador.

Essa pesquisa de campo permite uma visualização ampla da implantação do policiamento, da sua necessidade, continuidade e o comprometimento tanto da população como da própria corporação.

2 HISTÓRICO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA

O tradicional modelo de segurança pública aplicado no Estado da Bahia não mais consegue responder as necessidades da população que cresce desordenadamente trazendo consigo seus problemas antigos acumulando-se aos atuais, demonstrando descontrol e ineficiência nos seus serviços.

A idéia de polícia comunitária mostra uma estratégia organizacional de parceria entre a população e a polícia, onde o trabalho conjunto possibilita identificar, priorizar e resolver problemas como crime, drogas, desordens e tudo que ameace a preservação a ordem pública.

A missão da polícia comunitária é a preservação da ordem pública em parceria com a comunidade através do policiamento ostensivo com ênfase para ações preventivas.

De acordo com Ferreira, a polícia comunitária resgata a essência da arte de polícia, pois apóia e é apoiada por toda comunidade, acolhendo expectativas de

uma sociedade democrática e pluralista, onde as responsabilidades, pela mais estreita observância das leis e da manutenção da paz, não incubem apenas a polícia, mas, também a todos os cidadãos.

Para alguns historiadores, este modelo de policiamento faria com que o público ganhasse respeito maior pelo trabalho policial se os cidadãos entendessem as complexidades, as dificuldades e o significado dos deveres do policial; e, através dessa compreensão, o público estaria disposto a promover recompensas pelo desempenho policial consciente e eficaz. Este modelo de policiamento era totalmente diferente do aplicado, pois cada policial seria responsável pelas condições sociais de uma rua ou de um bairro (BAYLEY, 2004).

Segundo Robert Trojanowicz polícia comunitária é uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, em geral a decadência do bairro, como objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.

Este modelo traz o paradigma de prevenção criminal, com uma polícia voltada para a satisfação da comunidade não deixando de cumprir os princípios éticos e democráticos. Estando a população em meio a tantas desordens, onde a paz e a convivência social estão ameaçadas, ninguém melhor do que a comunidade para indicar pontos críticos e os invasores da ordem como também sugerir soluções que ajudem a polícia a manter a ordem pública, evitando o ceifamento de vidas e o descontrole da segurança.

Esta parceria indicaria as áreas mais carentes e deficientes de atuação policial. Desta forma percebem-se três princípios fundamentais para atuação da polícia comunitária:

- a) Parceria entre polícia e comunidade;
- b) Trabalhar direcionando os esforços para locais, horários e grupos que ameaçam a segurança pública e
- c) Cria estratégias para redução dos problemas da comunidade.

O policial que trabalha no policiamento comunitário deve ter liberdade para tomar decisões e solucionar os problemas que por ventura venham a surgir no decorrer do seu plantão, aproveitando seus conhecimentos e seu discernimento, prestando serviços personalizados e com qualidade, propiciando a comunidade mais segurança para viver e trabalhar.

Nesta parceria vários conselhos comunitários são criados para servir como elo entre comunidade e polícia. Estes representantes da sociedade civil buscam resgatar a participação da sociedade no que se referem às decisões que envolvem a comunidade.

2.1 POLÍCIA COMUNITÁRIA NO BRASIL E EM SALVADOR

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI foi criado em agosto/2007 e apresentado a sociedade brasileira como uma proposta do governo federal na área de segurança pública, com o desafio de diminuir o índice de criminalidade das grandes cidades, ao tempo em que, se construía uma política de segurança pública cidadã. O objetivo deste programa é conter a criminalidade através de políticas de segurança pública e ações sociais de mecanismos preventivos, passando o Brasil desta forma a se adequar à nova realidade mundial de segurança que é a prevenção.

O PRONASCI prevê cursos para os policiais sobre este policiamento tornando-o profissionalmente apto para desempenhar seu papel neste novo modelo de gestão de polícia, ao tempo em que ajuda financeiramente com uma bolsa formação. Assim começa a era da valorização do profissional de segurança e de um novo modelo de polícia que se adéque às necessidades da população.

Neste tipo de policiamento, são necessários Conselhos Comunitários e Associações de Bairros que através de seus representantes fazem interação entre comunidade e polícia. Comandantes de companhia de polícia, representantes dos conselhos e população se reúnem buscando formas de melhorar a segurança local, identificando os pontos perigosos e desarticulando os focos de incidência criminal.

O programa nacional de segurança pública com cidadania tem como proposta desenvolvida pelo Ministério da Justiça, combater a violência através de ações integradas entre governos federal, estadual, municipal e organismos sociais. Entendendo que a causa geradora da criminalidade é a violência (desemprego, falta de moradia, fome, lazer, discriminação social dentre outros), o PRONASCI destina-se a comunidade em geral com projetos para crianças, adolescentes e mulheres na tentativa de reduzir os jovens no mundo do crime. É necessário que os governantes enviem para o governo federal propostas que viabilizem a realidade desse projeto.

Em 1995, em pesquisa contratada pelo comando da Polícia Militar do Estado da Bahia e realizada pela empresa P&A, revelou que a corporação não desfrutava de uma boa imagem junto à população, conforme mostra quadros abaixo.

CONFIANÇA

Não confiam	Confiam	Confiam mais ou menos
42%	31,5%	26,5%

Fonte: P&A-1995

ATUAÇÃO

Inadequada	Adequada	Não sabe
59%	30%	11%

Fonte: P&A-1995

CUMPRIMENTO DO PAPEL

Cumpre mal	Não sabe	Cumpre bem	Cumpre mais ou menos
36%	7%	26%	32%

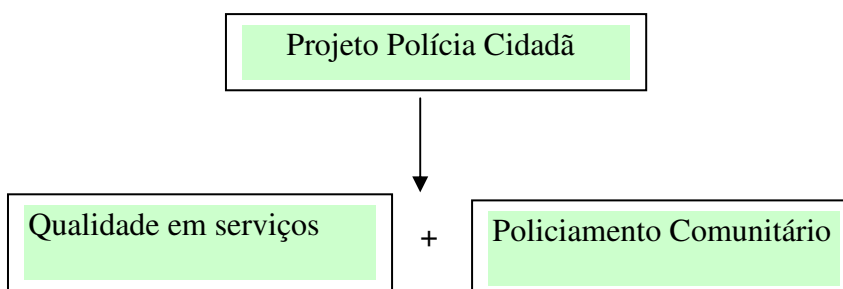
Fonte: P&A-1995

Esta pesquisa mostra que o desgaste do tradicional modelo de segurança pública e a falta de preparo dos policiais associados a atos truculentos e ausência de ética, vem incomodando a sociedade há algum tempo, sendo necessária uma pesquisa de opinião pública para confirmar o que aparentemente era notório. Daí percebeu-se a necessidade do novo, não simplesmente por mudar, mas sim para se adequar à realidade que emergia na nossa sociedade. Vários estudos e projetos foram desenvolvidos, dentre eles:

- a) Planejamento estratégico;
- b) Estudo emergencial para elevação de salários;
- c) Reengenharia de processos da área de pessoal;
- d) Reengenharia de processos do DAL (Departamento de Apoio Logístico) e DF (Diretoria Financeira);
- e) Saúde;
- f) Modernização de arquivos;
- g) Informatização;
- h) Comunicação social;
- i) Reestruturação organizacional;
- j) Capacitação de dirigentes;
- k) Revisão curricular dos cursos;
- l) Avaliação de desempenho;

- m) Qualidade em serviços de Segurança Pública e
- n) Redução de níveis hierárquicos.

Neste momento nasceria o Projeto Polícia Cidadã.



Também foram desenvolvidas linhas de ação para contemplar esse projeto de polícia cidadã como:

- a) Integração com a comunidade;
- b) Reengenharia das Unidades operacionais;
- c) Motivação;
- d) Indicadores;
- e) Educação continuada e
- f) Núcleo de memória.

Em Salvador para ampliar e integrar as medidas de segurança, a prefeitura lançou o Comitê de Combate a Violência, tendo como medidas:

- a) A elaboração de planos municipais de segurança e a formação de agentes comunitários;
- b) Fortalecimento do Projeto Jovem Cidadão;
- c) Desenvolvimento de pontos de cultura e da Escola de Fábrica para a qualificação profissional de jovens e
- d) Formação de guardas municipais e instalação de câmeras de vigilância.

O governador do estado da Bahia lançou o novo Território da Paz, instalado no bairro de Tancredo Neves no município de Salvador. O objetivo é integrar ações sociais envolvendo a comunidade e as forças de segurança na tentativa de reduzir a criminalidade. Vinte e nove projetos de ações serão desenvolvidos nesta comunidade do bairro de Tancredo Neves ou Beirú como também é conhecido que irão recair na vida dos que neste bairro habitam. O intuito é atender jovens e adolescentes entre 14 e 24 anos que não estão freqüentando a escola, moradores de rua ou os que estão expostos à violência doméstica ou urbana. Também será oferecido a essa comunidade orientações quanto à necessidade da denúncia quanto

à violência à mulher e a efetivação da Lei Maria da Penha promovida pela Defensoria Pública e Vara de Violência Doméstica Familiar contra a Mulher.

Conforme acentuou o secretário executivo do Pronasci, no bairro de Tancredo Neves/Beirú, o Município garantirá o monitoramento por meio da instalação de câmeras que acompanharão as ações policiais, ficando a cargo do Governo do Estado o policiamento comunitário, aliado a já existente Ronda no Bairro. Na comunidade, será instalado um Núcleo de Justiça Comunitária, onde os moradores receberão informações sobre seus direitos e serão capacitados para mediar conflitos, evitando que uma simples discussão seja levada à Justiça ou resulte em um ato de violência. No núcleo, a população contará ainda com a orientação de psicólogos, assistentes sociais e advogados. Ainda segundo Ronaldo Teixeira, o engajamento da comunidade para o sucesso das ações desenvolvidas no Território de Paz é de extrema importância. Por isso, disse ele, 700 Mulheres de Paz estão sendo capacitadas para que, com sua experiência de vida e força, possam ajudar a colocar em prática as ações de prevenção e redução da criminalidade, e 592 jovens identificados para o resgate pleno da cidadania já foram selecionados para integrar o Protejo. O secretário lembrou que a Bahia, em abril de 2010, sediará um congresso mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) que abordará a prevenção do crime (MARIANA CARDOSO MTB/BA-2335).

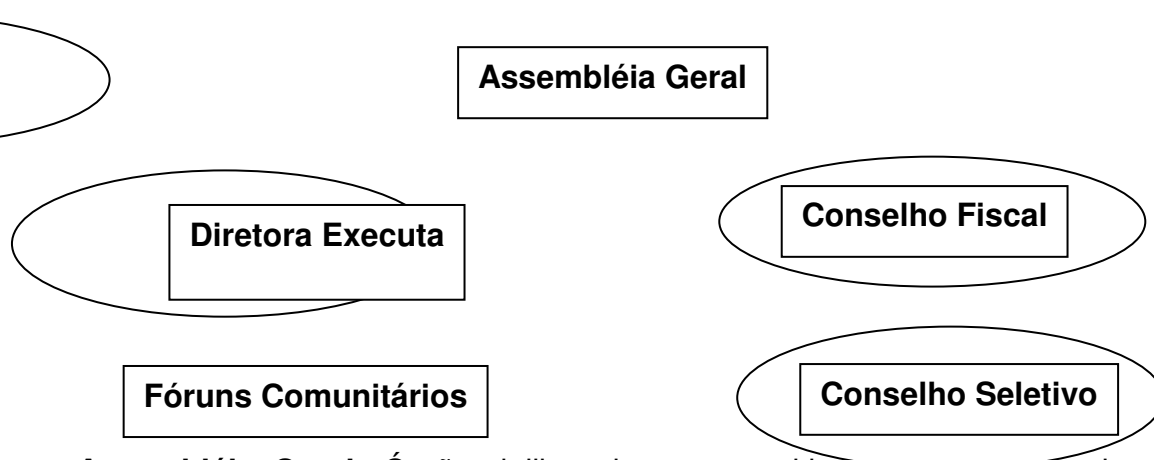
2.2 CONSELHOS COMUNITÁRIOS

Os Conselhos Comunitários de Segurança Pública são entidades privadas sem fins lucrativos de duração indeterminada, com número de participantes ilimitado, instalados nos bairros onde o Policiamento Comunitário esteja atuando, com finalidade de ser o canal de comunicação entre o Sistema de Segurança Pública, Defesa Social e o cidadão, com vistas à parceria nas atividades de preservação da ordem pública. Seus representantes são membros da Sociedade Civil, sendo assim, qualquer pessoa pode participar desde que esteja dentro do perfil estabelecido no estatuto.

Os Conselhos Comunitários não tem caráter político-partidário nem religioso servindo como instrumento para o exercício da cidadania e coordenando a participação da comunidade local e os segmentos organizados da sociedade. Sua finalidade é buscar a paz social e a melhoria da qualidade de vida, sob o foco da segurança pública. Após sua criação, os conselhos devem filiar-se à Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública do seu estado, neste caso Bahia, no prazo máximo de trinta dias remetendo para a Federação um ofício juntamente com cópia do Estatuto, Ata de fundação e relação da composição da Diretoria devidamente registrada no cartório. Tem como principais objetivos:

- a) Zelar pela atuação harmônica dos órgãos de segurança pública e de Defesa Social;
- b) Ser a voz da Sociedade, para que os órgãos de Segurança Pública e de Defesa Social possam maximizar sua atuação;
- c) Promover a integração contínua entre o cidadão-cliente e o cidadão-policial;
- d) Contribuir para o desenvolvimento da mentalidade de Polícia Cidadã;
- e) Incentivar o bom relacionamento da Comunidade com os órgãos de segurança pública e de defesa social;
- f) Incentivar uma mentalidade gerencial moderna e dinâmica nos serviços de polícia;
- g) Promover a integração entre os segmentos organizados da Sociedade e os órgãos de Segurança Pública e Defesa Social e
- h) Amadurecer a participação dos diversos segmentos da Sociedade nos assuntos de segurança pública.

Sua estrutura deverá ser composta da seguinte forma:



Assembléia Geral: Órgão deliberativo e consultivo, responsável pelas decisões maiores do Conselho Comunitário. A Assembléia Geral é soberana.

Diretoria Executiva: Responsável pela administração do Conselho, sendo composta por 10 membros, sendo:

- a) Presidente e vice-presidente;
- b) Dois presidentes;
- c) Dois Diretores Financeiros e de Patrimônio;
- d) Diretoria Executiva;
- e) Dois Diretores de Relações Públicas e
- f) Dois Diretores de Cultura e Social.

Conselho Fiscal: Formado por seis membros, é responsável por fiscalizar as contas e relatórios do Conselho Comunitário.

Fóruns Comunitários: Representações de segmentos e entidades que não participam nem da Diretoria Executiva nem do Conselho Fiscal.

Conselho Seletivo: acolhe as demandas do cidadão, a partir de informações do Conselho Comunitário de Segurança Pública.

O Conselho Seletivo terá a seguinte representação:

- a) Representantes da Polícia Militar;
- b) Representantes da Polícia Civil;
- c) Representantes da Polícia Federal;
- d) Representante do Ministério Público;
- e) Representante do Judiciário;
- f) Representante da OAB e
- g) Secretaria de Educação.

2.2.1 ASSOCIAÇÃO DE BAIROS

Bairros são parte de uma cidade, ou seja, pequenos territórios representativos no país. Cada vez mais se encontra nos bairros o aspecto de pequenas cidades, onde é possível encontrar escolas, hospitais, shopping centers, jornais, administrações regionais dentre outros. Essa autonomia fez crescer o interesse de seus moradores quanto a sua proteção surgindo uma nova forma de associação de pessoas, as chamadas associações de bairro.

Associações de bairro são entidades de utilidade pública originadas da espontânea participação e organização de moradores, formadas com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos bairros.

Com a criação da Lei nº 7.347 de 24 de julho de 1985, essas entidades passaram a ter mais força, podendo propor ações civis como:

- a) Proteção de interesses da coletividade;
- b) Preservação da qualidade de vida e
- c) Contra agressões ao meio ambiente e logradouros públicos.

3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Uma organização necessita direcionar os seus recursos quer sejam humanos, materiais ou financeiros, através de uma combinação própria e mais singular possível. Planejamento estratégico é um processo de constante análise, onde pensar e decidir faz parte do futuro da empresa, diante das inúmeras mudanças que ocorrem no mercado, enquanto que plano, é o resultado tangível, que geralmente assume formato de documento. O planejamento deve maximizar os resultados e minimizar suas deficiências.

Para Chiavenato estratégia é o caminho percorrido pela empresa para desenvolver suas atividades, na busca de objetivos pré-estabelecidos. A estratégia é o plano, o comportamento global da organização em relação ao ambiente que a circunda, devendo sempre ser avaliada quanto ao seu desempenho e resultado.

Para funcionar de forma correta, a polícia comunitária precisa planejar suas tarefas, definir políticas de segurança a serem adotadas, formular estratégias, estabelecendo assim, a direção a ser seguida buscando maior interação entre polícia, comunidade e atividade desenvolvida e assim poder cumpri-las com eficácia e eficiência. Na formulação do planejamento estratégico, a filosofia adotada deverá ser clara, não permitindo dúvidas quanto ao seu emprego, a fim de garantir produtividade, qualidade e continuidade.

Segundo Chiavenato é a visão de negócios que traz o entusiasmo e as forças para enfrentar sacrifícios com a recompensa da concretização futura de seus anseios. A visão de uma organização deve ser clara, e objetiva, não deixando margem a dúvidas para não afetar as decisões necessárias tornando-a uma das partes essenciais do cotidiano de seus dirigentes. O planejamento estratégico da Polícia Comunitária é cumprido através das seguintes etapas:

- a) Identificação das lideranças locais;
- b) Contato com as lideranças locais;
- c) Palestra sobre polícia comunitária;
- d) Identificação dos problemas do bairro;
- e) Identificação do perfil das pessoas da comunidade;
- f) Indicativos dos problemas locais;
- g) Fixação de metas;
- h) Estratégia de implantação;
- i) Controle de qualidade,
- j) Desenvolvimento contínuo e atualização dos trabalhos.

A polícia comunitária precisa homogeneizar suas ações para conseguir combater a criminalidade através de normas internas, buscando não infringir as leis previstas, e para tanto criou padronizações que deverão ser seguidas pela organização:

- a) Descobrir os anseios e preocupações da comunidade;
- b) Incentivar o cidadão a participar na identificação e solução do problema;
- c) Trabalhar buscando a prevenção das ocorrências;
- d) Fazer com que polícia e comunidade se relacionem bem;
- e) Atuação responsável do chefe de polícia local;
- f) Agir com ética e de acordo com a lei;
- g) Direcionar atenção especial aos mais necessitados como idosos, crianças, deficientes ou aos necessitados de maior atenção e
- h) Ter competência e habilidade para solucionar problemas.

É preciso um estudo de caso no bairro de implantação da polícia comunitária para identificar hábitos, costume, cultura e formação daquela sociedade local a fim de desenvolver um trabalho adequado para o território de atuação, ou seja, reconhecer o espaço urbano como uma categoria de análise para o planejamento da segurança pública.

Um levantamento feito pela delegacia do bairro de Tancredo Neves mostra nos últimos três anos o índice de ocorrências vem diminuindo gradativamente conforme quadro abaixo:

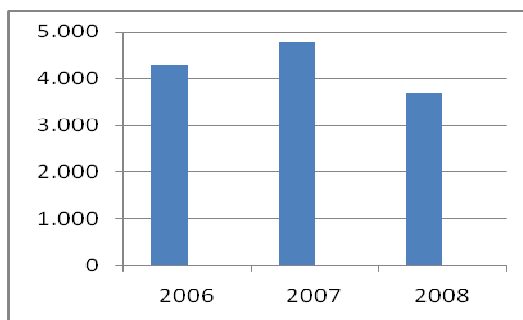
**Principais Registros de Ocorrências Policiais na Área da 11ª CP Tancredo Neves
Período: Janeiro a Novembro**

Ano	2006	2007	2008
Tipos de ocorrências	Total	Total	Total
Homicídio doloso	107	198	150
Tentativa de homicídio	79	152	105
Estupro	42	28	32
Roubo a ônibus	15	207	111
Roubo a transeuntes	1.514	1.790	1.350
Roubo a residência	16	25	17
Roubo a casa comercial	100	107	116
Roubo a veículos	152	251	230
Furto a veículo	111	77	81
Furto simples	1.504	1.274	912
Furto qualificado (residência)	208	300	207
Furto qualificado (comércio)	50	45	39

Furto qualificado (veículos)	70	65	45
Tóxico (usuários)	197	102	146
Tóxico (traficantes)	100	139	151
TOTAL	4.265	4.760	3.692

Fonte: CEDEP

Houve uma redução significativa no ano de 2008 principalmente em roubos a transeuntes, homicídios, furto a residência e furto simples, devido as constantes rondas no local e a parceria entre polícia e população, através de denúncias dos moradores.

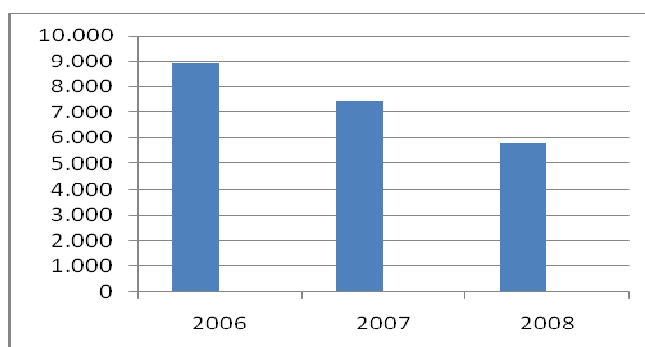


Na Barra esse índice de redução foi bastante expressivo, pois a ações do policiamento comunitário bem como a atuação dos moradores possibilitou a prevenção desses delitos como vemos no quadro a seguir:

Ano	2006	2007	2008
Total de ocorrências	8.899	7.459	5.794

Fonte: 14ª CP

As modalidades de ocorrências foram às mesmas registradas pelo CEDEP no bairro de Tancredo Neves, contudo não foi possível obter dados individualizados, fazendo apenas um comparativo anual de sua totalidade.



Fonte: 14ª CP

4 TERRITÓRIO: SUA FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA

O território é socialmente construído a partir do espaço, é resultado da apropriação de grupos sociais e de suas ações, é uma área construída historicamente onde indivíduos ou grupos de indivíduos exercem seu poder, ou seja, o território é fruto da dominação do espaço pelo homem. Os territórios são vistos como bases onde operam de forma dinâmica para constituição de uma identidade, expressando as relações sociais vigentes.

A exclusão social nas cidades é marcada pela dificuldade de acessos aos serviços de infra-estrutura urbana e também menores oportunidades de emprego formal, de profissionalização, maior exposição à violência urbana, a injustiça social e o preconceito social.

Exclusão social é o processo pelo qual determinados grupos e indivíduos são sistematicamente impedidos de acesso a posições que lhes permitiriam uma existência autônoma dentro dos padrões sociais determinados por instituições e valores inseridos em um dado contexto, é de fato o processo que priva alguém do direito ao trabalho no contexto do capitalismo. Essa privação fez crescer a violência em nossa sociedade. Hoje a violência passou a ser rotina em nossas vidas e isso é muito ruim porque as pessoas se acostumam e convivem com essas agressões como se fosse normal.

Matar e morrer já são comuns na nossa sociedade, assim como ser excluído socialmente, pois no cardápio da sobrevivência humana está inserido homicídios, maus-tratos, falta de moradia, desemprego, racismo, agressão física, ameaças, desrespeito dentre outros. O desemprego é um dos fatores que mais contribuem para a formação de um território totalmente violento onde aglomera famílias desempregadas, de baixa renda, socialmente excluídos, educação precária e sem estrutura familiar. Esses fatores tornam aquelas comunidades locais totalmente vulneráveis à criminalidade.

Pobreza não é sinônimo de violência, mas se não houver acompanhamento com desenvolvimento de projetos que forneçam pelo menos lazer, incentivos educacionais, planejamento familiar, profissionalização, saneamento básico, saúde, moradia e tudo que for básico e necessário a sobrevivência, pobreza e violência irão se confundir.

Território corresponde ao espaço humano habitado, constituído pelas pessoas, sendo produto histórico das necessidades e interesses humanos aqui representados em seus aspectos morais, culturais, econômicos, afetivos e sociais.

Ressalte-se que seu uso é determinado pelo trabalho, religião, economia, inserindo-se nele as atividades essenciais, tais como educação, saúde e segurança pública.

Neste particular, é imprescindível esclarecer que, quando o território se degrada, a exclusão é inevitável. Percebe-se com relativa facilidade, que as desigualdades – motivadas pelas carências - se acentuam, trazendo sérios problemas sociais no dia-a-dia da luta pela sobrevivência. Importante abordarmos a saúde do território pela necessidade de vivermos em comunidade e em ambiente saudável, residir em casa confortável, estudar em escola de reconhecida qualidade – com biblioteca em condições de atender à demanda - que garanta o futuro do cidadão, transportes seguros e disponíveis à coletividade.

Difícil falar de território sem que haja saneamento básico, água, luz, postos de saúde, hospitais, regular coleta de lixo, telefone, além do indispensável controle da violência nos espaços públicos para que se busque oferecer ao cidadão uma melhor qualidade de vida.

Cidadania é o direito inalienável de todos os cidadãos à cidade, atuando sempre como agente modificador da ordem social, buscando o cidadão, na medida do possível, trabalhar de forma coletiva, criando leis que sejam respeitadas e cumpridas e mecanismos outros de proteção que viabilizem o equilíbrio social, sem o que não se alcançaria a cidadania plena.

Podemos salientar como um dos traços mais marcantes do exercício da cidadania, a responsabilidade do voto. Daí o entendimento de que se os espaços e as instituições públicas nos pertencem, na condição de cidadãos temos de cobrar mais seriedade, competência e honestidade dos nossos representantes, constituindo-se tais atitudes prova inequívoca do exercício da cidadania.

Segundo Houaiss, território é uma extensão geográfica do Estado sobre a qual ele exerce a sua soberania. O exercício dessa autoridade em um determinado espaço, só é possível com habitantes, ou seja, não há grupo social sem raízes e identidades nem espaço geográfico sem sua comunidade.

É preciso fazer estudos das comunidades na tentativa de verificar as possíveis causas de tanta violência, buscando promover projetos sociais que combatam essas práticas delituosas incentivadas pelo próprio Estado a partir do momento em que não assume seu papel e não permite aos excluídos o exercício dos seus direitos.

5 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Em conversa com moradores do referido bairro de Tancredo Neves percebemos que muitos deles estavam satisfeitos com esse modelo de policiamento aplicado, porém preferem não participar das decisões adotadas pelo conjunto, polícia e comunidade, o que evitaria sua exposição e não os deixaria co-responsáveis pela segurança individual e local. Por outro lado na Barra os moradores se mostram desacreditados com o policiamento, pois as soluções sugeridas não podem ser implantadas de forma imediata. Os gráficos abaixo mostram resultados de aplicação de questionários a cinquenta pessoas deste bairro sobre o policiamento em questão, onde lado esquerdo representa Tancredo Neves e o lado direito Barra. As perguntas foram baseadas nas alternativas, conforme tabela abaixo.

BAIRROS	TANCREDO NEVES					BARRA				
	SEMPRE	ALGUMAS VEZES	FREQUENTEMENTE	RARAMENTE	NUNCA	SEMPRE	ALGUMAS VEZES	FREQUENTEMENTE	RARAMENTE	NUNCA
1.Há um bom relacionamento entre comunidade e polícia?	10	20	4	6	10	13	5	5	6	1
2.Existe cooperação no trabalho entre polícia e comunidade?	4	27	7	8	4	11	19	5	14	1
3.Durante as reuniões entre conselho e polícia (comandantes) existe liberdade de falar, criticar, sugerir e trocar idéias?	14	9	6	7	14	24	16	9	1	0
4.Quem pratica o policiamento comunitário nas ruas (sargentos e soldados)participa das reuniões e pode sugerir melhorias?	10	7	0	9	24	6	20	4	10	10
5.Você considera importante a continuidade desse policiamento?	25	13	2	3	6	42	2	4	2	0
6.Percebe-se resultados claros de redução de criminalidade com a aplicação desse policiamento?	13	13	5	13	6	6	17	12	10	5
7.O trabalho em conjunto da polícia e comunidade melhorou a produtividade da polícia no combate a criminalidade?	7	19	6	13	5	13	26	5	4	2
8.Existem estratégias de mobilização da comunidade possibilite sua participação?	1	11	6	15	17	7	18	12	10	3
9.As normas e procedimentos para constituição dos Conselhos Comunitários de Segurança são	4	7	1	17	21	8	22	4	9	7

expostos à sociedade?										
10.No policiamento comunitário existem linhas de ação para prevenir e diminuir a criminalidade?	4	15	4	18	9	15	16	10	5	4
11.Observa-se produtividade e qualidade nesse policiamento?	13	9	8	12	8	14	17	10	5	2
12.As estratégias utilizadas nesse policiamento estão ajudando a reduzir a criminalidade?	15	11	7	9	8	7	25	8	7	3
13.A comunidade valoriza o trabalho conjunto com a polícia?	4	19	5	13	9	15	19	3	10	3

Esta pesquisa foi realizada entre bairros de características tão distintas de maneira proposital, pois o intuito era analisar a aplicação e eficiência do policiamento comunitário em bairros de diferentes classes sociais. Uma das premissas para o bom desempenho do policiamento comunitário é a parceria entre polícia e comunidade, porém, quem pratica este policiamento tem que estar presente também nas reuniões para as tomadas de decisão. A participação dos que praticam este policiamento é de extrema importância, pois são eles que estão juntos à comunidade e próximos dos problemas que nela se encontra. Tanto em Tancredo Neves quanto na Barra nota-se a ausência destes agentes de segurança pública nas reuniões entre comunidade e polícia.

Um fato que também se destacou bastante foi à importância que a comunidade atribui a esse policiamento, pois tanto Tancredo Neves quanto Barra acreditam e percebem as mudanças que aconteceram depois da implantação do mesmo, porém o medo ainda deixa a população distante desta aliança devido as reações da criminalidade. Já no bairro da Barra a população se mostra mais presente, contudo sentem-se desconfortados e até mesmo desacreditados em alguns momentos devido às soluções que destacam para determinados problemas que insistem no local e que suas soluções não são colocadas em prática de forma imediata. Um exemplo é que certas ruas deste bairro têm incidência de assaltado constantemente a transeuntes, bem como arrombamento de carros e durante as reuniões entre comandantes e população, foi sugerido que câmeras deveriam ser instaladas para combater delitos na localidade com monitoramento diário.

O problema é que as câmeras ainda não foram instaladas e os moradores começam a acreditar que o policiamento tem muitas falhas, pois não permite implantações rápidas, enquanto que os problemas continuam a acontecer. Vale

salientar que a utilização dos recursos do Estado requerem determinados procedimentos e aprovações, onde a liberação acontece depois do cumprimento de algumas etapas.

O policiamento comunitário sem dúvidas trouxe melhorias para os dois bairros citados, a população reconhece esse fato, porém ajustes precisam ser feitos, como a escolha dos policiais que irão trabalhar no novo modelo de segurança pública. A Polícia Militar do Estado da Bahia tem 183 (cento e oitenta e três anos) de existência, e qualquer que seja a mudança a ser feita necessitará de muita cautela, pois a probabilidade de rejeição poderá ser muito grande por parte de seus integrantes devido ao choque de cultura que irá se instalar. Imaginemos que os policiais desta corporação estão acostumados a um modelo rústico de policiamento totalmente operacional e de repente são indicados para um treinamento onde as ações serão totalmente diferentes a do seu cotidiano. Primeiro que o novo geralmente cria ameaça, segundo que não houve exposição das novas praticas policiais, nem mesmo, um chamado para ser voluntário daquele policiamento. Normalmente há uma imposição, e ao se ver naquele serviço que não lhe agrada e que ele também não acredita, o policial não consegue desempenhar bem a sua função no novo modelo de policiamento.

Isso é importante citar, pois o que acontece na maioria das vezes é exatamente esse problema e o agente de segurança começa a achar que estar naquele serviço como uma forma de punição, ele não enxerga como algo novo, uma melhoria para a organização e também para a comunidade. Muitos comandantes também desacreditam desse policiamento, só conseguem visualizar o combate a violência com violência, e seus comandados tendem a seguir o mesmo pensamento, ignoram a formação cultural daquela localidade e quanto mais localizado na periferia mais truculência sofrerá aquele bairro por parte dos seus agentes de segurança pública.

Muitas queixas nos foram passadas pelos moradores de Tancredo Neves quanto à ação policial, pois chegam arrombando casas, agredindo moradores como se ali não morassem trabalhadores, pais de família e pessoas de bem. Os policiais são cidadãos retirados principalmente dessas comunidades de periferia e é interessante, pois quando no exercício de suas funções agem como se não conhecessem sua própria realidade, perde o respeito pelo outro, querem impor sua força e autoridade.

Já no bairro da Barra os moradores não reclamaram sobre a ação policial

daquela localidade, porém devemos ressaltar que a polícia entende que nos bairros periféricos somente residem marginais, enquanto que na Barra (ou bairros nobres) a marginalidade é composta por transeuntes, oriundo da periferia.

Quanto às normas e procedimentos para constituição dos Conselhos Comunitários de Segurança os resultados mostram que nos locais onde existem pessoas mais esclarecidas (Barra), os conselhos são mais atuantes e todas as decisões são transmitidas para a comunidade. Há uma carência dessas atitudes no bairro de Tancredo Neves, pela não divulgação do papel do conselho de segurança e pela falta de estratégias de aproximação da sociedade com os mesmos na tentativa de fazer com que a população participe das decisões inerentes aos seus anseios. Isso significa que as linhas de ações deverão ser reestruturadas, principalmente em Tancredo Neves.

A sociedade ainda não se sente confortável o suficiente para participar das reuniões em que possam cooperar com a polícia ajudando a mostrar os pontos críticos de sua comunidade, tornando o policiamento comunitário mais atuante e eficaz. Depoimentos de moradores revelam que esse desconforto advém de ações sofridas pelas pessoas, depois de identificados pela marginalidade como agentes denunciadores de ações criminais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo, a população de Salvador desenvolveu um modelo muito desigual de crescimento econômico, e isto refletiu em toda sua conjuntura social, onde atualmente nos deparamos com altos índices de criminalidade e muitos confrontos entre, polícia e sociedade. A polícia comunitária tenta reparar um erro provocado pelo descaso dos nossos governantes ao passo em que tenta aproximar polícia comunidade resgatando inclusive à confiança da população, pois este policiamento não deve ser visto apenas como meio eficiente de combate ao crime, e como sim um policiamento democrático e confiável de aliança entre polícia e sociedade.

Cursos presenciais sobre polícia comunitária deverão existir para que de fato e de direito, o efetivo da corporação tenha conhecimento do que é esse policiamento e qual é o seu objetivo. Também deverá passar por um treinamento e compreensão da área de atuação, ou seja, todos os inseridos na nova prática policial serão conhecedores da formação daquela localidade e seu real problema social, passando

a diferenciar mecanismos repressivos de preventivos.

Os Conselhos Comunitários de Segurança Pública devem criar condições para estimular à participação da comunidade nesta parceria onde sua contribuição é fundamental para o desenvolvimento de estratégias do combate a criminalidade local.

O governo deve investir em aparelhos e equipamentos modernos possibilitando condições de trabalho, assim como continuar investindo em cursos para policiais, qualificando e reciclando para bom desempenho da função, agindo com a marginalidade no rigor previsto em lei e respeitando os direitos e garantias dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, C. Zygmunt, 1925. **COMUNIDADE:A busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAYLEY, David H. **CRIMES-PREVENÇÃO-PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS**. Edusp.

CARVALHO, Renato Cunha Silva: **COMUNIDADE SEGURA: Sua segurança em suas mãos**. São Paulo, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. *Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações da intenção aos resultados*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

MARCINEIRO, Nazareno e PACHECO, Giovanni C. **POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: Evoluindo para a Polícia do século XXI**.

TROJANOWICK, Robert e BUCQUEROUX, Bonnie. **POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: Como começar**.

_____CERQUEIRA, Carlos M. N. **DO PATRULHAMENTO AO POLICIAMENTO COMUNITARIO**. Coleção Polícia Amanhã. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1998.

_____ **POLICIAMENTO COMUNITÁRIO**, monografia para obtenção do título de especialista em Política e Estratégia. Universidade do Estado da Bahia- UNEB/Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra- ADESG, 2004.

A cidade dividida: da inclusão precária à territorialização perversa. Aiala Colares de Oliveira Couto, monografia para obtenção do título de especialista em espaço público e cidadania.

Território da Violência: um olhar geográfico sobre a violência. Ignez Costa Barbosa Ferreira e Nelba Azevedo Penna in PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (ORG). Brasília: Dimensões da violência urbana. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2005. ou GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 18, pp. 155 - 168, 2005.

<http://soalagoas.blogspot.com/2009/05/pronasci-teve-poucos-avancos-desde.html>

Edição: Tereza Barbosa acessado em 13/06/09.